MULHERES PESCADORAS: REFLEXÕES A RESPEITO DO TRABALHO DAS MULHERES PESCADORAS DA COMUNIDADE DE LAGOA FEIA/SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA/RJ

Kissila da Silva Rangel
Estudante de mestrado do Programa de Cognição e Linguagem da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF
Kissilarangel20@gmail.com

Shirlena Campos de Souza Amaral
Doutora em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense. Professora do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF
shirlena@uenf.br

RESUMO

A pesca artesanal é reconhecida como uma das atividades mais antigas exercida por grupos tradicionais. A participação das mulheres na atividade pesqueira representa uma alternativa de subsistência, fonte de trabalho e renda para diversas famílias ribeirinhas. Todavia, a atuação das pescadoras nesse universo ocorre, com algumas exceções, num contexto de desvalorização, invisibilidade e exploração do seu trabalho, sendo entendido como uma extensão das tarefas domésticas, e não como profissionais da pesca que exercem um trabalho bem mais exaustivo que a própria ação de pescar. Nesse sentido, objetiva-se refletir sobre o processo de organização e execução do trabalho exercido pelas mulheres que atuam na atividade pesqueira. A presente pesquisa utiliza-se como instrumentos metodológicos a abordagem qualitativa a partir de revisão bibliográfica, bem como de algumas análises obtidas no campo da pesquisa junto às mulheres que trabalham no beneficiamento de pescado no período de 2020 a 2022 (período de início da 3ª Fase do PEA Pescarte).

Palavras-chave: Pesca artesanal. Mulheres pescadoras. Trabalho.

ABSTRACT

Artisanal fishing is recognized as one of the oldest activities carried out by traditional groups. The participation of women in fishing activities represents an alternative for subsistence, a source of work and income for several riverside families. However, the performance of fisherwomen in this universe occurs, with some exceptions, in a context of devaluation, invisibility and exploitation of their work, being understood as an extension of domestic tasks, and not as fishing professionals who carry out a much more exhaustive work than the fishing action itself. In this sense, the objective is to reflect on the process of organization and execution of work carried out by women who work in fishing activities. The present research uses a qualitative approach as methodological instruments based on a bibliographical review, as well as some analyzes obtained in the field of research with women who work in fish processing in the period from 2020 to 2022 (period of beginning of the 3rd Phase of PEA Pescarte).

Key-words: Artisanal fishing. Fishing women. Job.

INTRODUÇÃO

A pesca artesanal no Brasil possui complexas características que levam em consideração fatores econômicos, sociais e ambientais intrínsecos em cada região. Apesar da grande extensão da costa brasileira e o potencial continental no que tange a extração de pescado, a maioria dos recursos pesqueiros de interesse econômico e ambiental se encontram ameaçados pela influência humana. Historicamente a atividade se encontra atrasada no que diz respeito ao desenvolvimento de tecnologias e políticas adequadas aos anseios da classe e de seus trabalhadores.

No decorrer de toda costa brasileira e nas águas de interiores encontra-se famílias que buscam na pesca artesanal o exercício de uma atividade com o objetivo de manter o acesso à alimentação e renda, com condições subjetivas, como o conhecimento tradicional sobre o meio natural e o trabalho condicionado às dinâmicas ambientais.

As comunidades pesqueiras surgiram no decorrer dos anos no contexto histórico da ocupação do litoral brasileiro. Essas comunidades vêm se desenvolvendo e resistindo aos impactos socioambientais até os dias atuais, tendo como base econômica o extrativismo vegetal, a pesca artesanal e o turismo (NASCIMENTO & PEDRO, 2018).

A pesca inicialmente desenvolvida e praticada em caráter de subsistência, passa a ser reconhecida devido a sua importância econômica e ambiental para o desenvolvimento das condições de vida de diversas famílias ribeirinhas.

O trabalho proposto tem como objetivo refletir sobre o processo de organização e execução do trabalho exercido pelas mulheres que atuam na atividade pesqueira na comunidade de Lagoa Feia, situada no município de São Francisco de Itabapoana. A presente pesquisa utiliza-se como instrumentos metodológicos a abordagem qualitativa a partir de revisão bibliográfica, bem como de algumas análises obtidas no campo da pesquisa junto às mulheres que trabalham no beneficiamento de pescado no período de 2020 a 2022 (período de início da 3ª Fase do PEA Pescarte).

1. CONTEXTO HISTÓRICO DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA

São Francisco do Itabapoana, localizado na região Norte Fluminense no estado do Rio de Janeiro possui área de 1.118,037 km² e população estimada para 2021 de 42.214 habitantes (IBGE Cidades, 2021). O município possui como principais atividades econômicas a pesca e a agropecuária. Ao contrário da maioria dos municípios pertencentes à região Norte Fluminense, o município de São Francisco do Itabapoana, por ter se emancipado de São João da Barra em 1995, relativamente recente, não recebe grande influência do setor de óleo e gás no que diz respeito à composição do mercado de trabalho e recebimento de *royalties*, sendo expressiva a participação e busca de emprego na administração pública, no setor varejista, setor agropecuário e na pesca. A força dos setores agropecuário e pesqueiro são históricas no município, sendo a pesca uma atividade tradicional que, segundo os dados do censo Pescarte (2016), envolve cerca de 1.018 famílias e 1.351 pescadores artesanais, alcançando 3.048 pessoas, dentre mulheres, homens e crianças do município. O município possui um litoral de 62 km de belas praias e falésias.

Cabe destacar que a atividade pesqueira desenvolvida no município se encontra distribuída em 4 comunidades, a saber: Guaxindiba, Lagoa Feia, Gargaú e Barra do Itabapoana. Além de 27 localidades identificadas no censo Pescarte: Alves, Amontado, Barrinha, Batelão, Buena, Caçador, Casas Populares, Coreia, Favelinha, Faxina, Fumega, Guariximа, Guriri, Ilha dos Mineiros, Ingá, Ladeira das Pedras, Lagoa Doce, Manguinhos, Máquina, Morro do Bode, Praça João Pessoa, Praia do Sossego, Praia dos Sonhos, Retiro, Santa Clara, Santa Terrinha, Travessão de Barra. Sendo a comunidade de Lagoa Feia o foco do presente estudo. Isto demonstra como a pesca vem sendo realizada ao longo de todo o litoral, sendo fundamental para compreender como a atividade é realizada, como é possível observar na figura 1 abaixo.

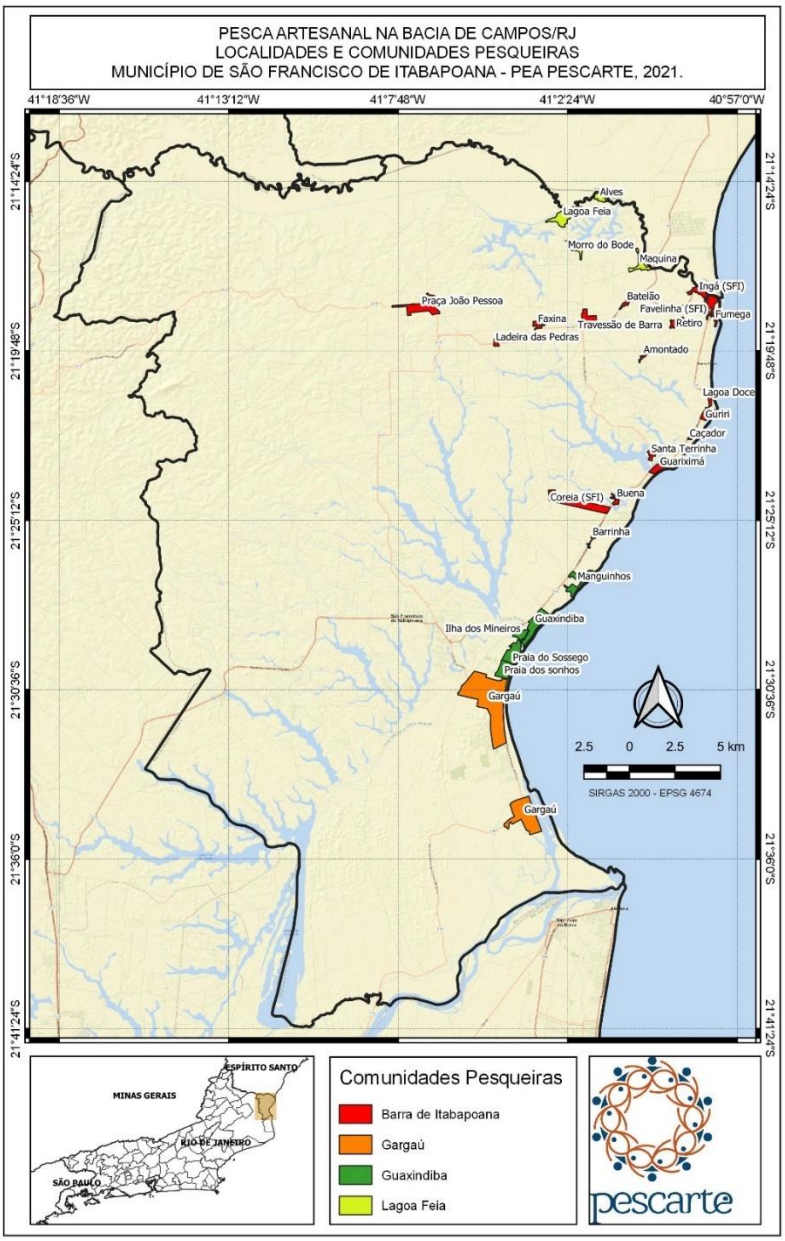

Figura 1: Mapa das Localidades e Comunidades Pesqueiras do Município de São Francisco de Itabapoana – PEA Pescarte, 2021.
Fonte: PEA Pescarte, 2021.

Ao se falar das principais comunidades de pesca de São Francisco de Itabapoana é importante destacar a distância geograficamente umas das outras, o que dificulta o diálogo, articulação e organização dos pescadores entre si. Outra questão seria a falta de instituições representativas nessas comunidades pesqueiras corroborando para a deficiência da prática de ações coletivas acarretando o fortalecimento de atividades individualizadas, prejudicando o exercício e fortalecimento do cooperativismo entre estes sujeitos.

1.1. A realidade histórica de Lagoa Feia

Lagoa Feia do Itabapoana nome que batiza tanto o limnossistema como as comunidades que vivem às margens do rio encontra-se situada no município de São Francisco de Itabapoana, fazendo limite com o Espírito Santo - ES. Apesar de levar o nome de lagoa, indicando a presença de uma lagoa, não se trata de uma lagoa autêntica, mas de uma área de transbordo do Rio Itabapoana que permanecia alagada permanentemente formando uma gigantesca zona de várzea apresentando condições privilegiadas no que dizia respeito à abundância de água e biodiversidade (Soffiati**,** 2004). Porém, visando à implantação de atividades agropecuárias a presença de água se tornou um empecilho.

O Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS, visando à ampliação do uso dessas áreas, declarou que por se tratar de um rio de baixada no período das grandes cheia as águas que dele extravasam inundariam grandes extensões, acarretando anualmente prejuízos aos proprietários. O enxugamento das várzeas, segundo Soffiati (2004), afetou diretamente uma infinidade de animais como peixes, répteis, mamíferos, dentre outros, levando-os a um processo de agonização e a morte. E como consequência desse processo a escassez do pescado afligindo diretamente a atividade tradicional da pesca que era sustentada pela biodiversidade do local.

A região apresenta uma população residente, composta por uma grande parte de pessoas analfabetas, sendo predominantemente pesqueira e as demais divididas em administração de curral, plantações de capim, produção rural e comércio. Que ao sofrer com todo o processo de transformação passou a ter como principal fonte de trabalho a filetagem e, consequentemente, a instalação de peixarias oferecendo trabalho em condições precárias.

Falando ainda de Lagoa Feia, as terras que as pessoas da comunidade ocupam foi fruto da desapropriação de um dos maiores empreendimento da região a indústria de Farinha TIPITY, construída pelo Barão austríaco Ludwing Kummer, inaugurada em janeiro de 1940. A área foi desapropriada por decreto em 26 de junho de 1989, criando o Projeto de Assentamento Tipity pelo INCRA em 14 de novembro de 1991, instituindo 148 lotes, ampliando em 31 janeiro de 2005, para 203 o número de lotes destinados as famílias agrícolas reconhecidas pelo INCRA.

Na comunidade de Lagoa Feia as marisqueiras que antes trabalhavam junto com seus esposos na pesca, hoje já não conseguem mais desempenhar esse papel, devido ao problema hídrico que ocasionou a escassez de pescado levando-as a buscarem alternativas de trabalho para contribuir com o orçamento da casa. Ainda desponta a comunidade de Lagoa Feia como grande potência na oferta de mão-de-obra no processo de beneficiamento de pescado, tendo em vista a necessidade de suprir as dificuldades enfrentadas ao longo da história na pesca, devido a várias intervenções humanas nos recursos naturais. Essas alterações, fomentou a ocorrência de um crescimento desordenado de instalações de peixarias e, consequentemente, a exploração do trabalho. Cabe ressaltar, que grande parte do abastecimento dos estabelecimentos com pescado ocorre por meio de criadores situados em estados vizinhos e o restante por meio de pescadores locais.

1.2. O trabalho das mulheres na pesca

No município de São Francisco de Itabapoana o contexto da pesca artesanal se caracteriza por uma diversidade de sistemas de produção pesqueira, onde prevalece o uso de embarcações de médio e pequeno porte, que atuam na área costeira e em alto mar.

Em relação às comunidades enfocadas, destaca-se a presença de mulheres atuando nas atividades de beneficiamento, que quase sempre são coordenadas por atravessadores. Apesar da importância da renda advinda do trabalho feminino para o orçamento familiar, estas mulheres desempenham suas atividades em condições laborais de maneira informal e em condições precárias. De acordo com os dados contidos no Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Ambiental e Social (EVETAS) realizado pelo PEA Pescarte, a precariedade nas condições de trabalho feminino é uma realidade no setor pesqueiro. Nos frigoríficos a rotina de trabalho é regular, todavia, na maioria das vezes, elas não possuem vínculo empregatício. Em casa ou nos “fundos de quintal” as mulheres trabalham de forma autônoma, sem registro, e dependem de terceiros para obter a matéria-prima a ser beneficiada (peixes ou camarão). Nestes espaços, as pescadoras precisam construir estratégias de flexibilidade quanto aos horários de trabalho, pois sobre elas também recai a responsabilidade do cuidado da família e, principalmente, dos filhos menores.

É de suma importância ressaltar que as relações de subordinação, precariedade e jornadas múltiplas de trabalho feminino é um fato histórico na nossa sociedade, e se reproduz

de forma ainda mais intensa no âmbito da pesca. Isso ocorre, devido a lentidão da legislação em reconhecer o gênero feminino, no que diz respeito à regulamentação dessa força de trabalho na pesca artesanal. Além da morosidade em relação à legislação, existe também um enraizamento no processo da construção cultural que impacta o reconhecimento e aceitação do papel da mulher na sociedade como força de trabalho, sendo historicamente delegado a elas os afazeres domésticos da família e os cuidados com os filhos, ou outros membros familiares com algum tipo de enfermidade. Portanto, é importante conhecer e entender a rotina diária dessas trabalhadoras, compreendendo assim o tempo que podem dedicar enquanto mão de obra para o empreendimento, para que desta forma possam desenvolver suas atividades familiares, mas também tenham a oportunidade de se inserir no mercado de trabalho, conquistando autonomia e reconhecimento enquanto pescadoras.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao tecer suas análises sobre a trajetória do trabalho feminino, Bruschini (1994) sinaliza que estudos realizados no Brasil, até a década de 70, traziam um enfoque centralizado na figura do trabalhador, sem fazer referência ao sexo dos atores sociais representados na classe operária.

Conforme os estudos de Vasconcellos *et al.* (2007), Ramalho (2006) e Woortmann (1992), a incorporação da mulher na atividade pesqueira foi resultado de contextos socioeconômicos distintos, sem uma razão comum. A convergência da mulher na cadeia da pesca artesanal decorre de fatos como: ausência dos seus companheiros, desempregos e baixo rendimento familiar, ou ainda pela perda de seu espaço de trabalho.

Martins (2013) e Alencar *et al*. (2014), questionam se a entrada da mulher na atividade pesqueira resulta de razões diferenciadas, por outro lado, pode-se afirmar que o principal fundamento para tal seria o atendimento de suas necessidades de subsistência, uma vez que, o destino da produção seria para a comercialização e consumo.

A atuação da mulher pescadora na cadeia da pesca oferece uma diversidade de aspectos importantes para a análise e a compreensão acerca das condições profissionais e de vida deste grupo social, segundo a análise de diferentes literaturas que discutem essa temática.

Maneschy e Álvares (2010), ao analisarem as comunidades pesqueiras litorâneas das regiões Norte e Nordeste, identificaram que a participação feminina no setor da pesca decorre mediante a precariedade, baixa renda e exclusão dos direitos previdenciários e sociais, fatos

que também foram observados por Lima (2003). Corroborando a este respeito, Martins (2005) acrescenta que, normalmente as atividades femininas são vinculadas à figura masculina, levando a serem vistas como auxiliares dos companheiros associadas às atividades domésticas. Assim, pode-se assegurar que a participação feminina no universo da pesca ocorre em um contexto de limitações e dificuldades.

De acordo com Lima (2003), o fato de as atividades exercidas pelas mulheres nas comunidades pesqueiras não serem reconhecidas, por estarem na esfera produtiva, associadas à ideia de complementariedade, acaba reforçando o argumento da invisibilidade do trabalho feminino na cadeia da pesca. Motta-Maurés (1999) aponta a ausência da participação política nas decisões implementadas pelo governo para o setor pesqueiro.

A questão que se pretende tratar e evidenciar são as relações e processos de exploração que vem sendo construído na comunidade de Lagoa Feia por meio do trabalho desenvolvidos pelas mulheres. Essas trabalhadoras da pesca recebem as caixas de pescado, cada uma com 20 kg, em suas residências iniciando a atividade muito cedo para dar tempo concluir próximo ao horário do almoço. Nesse processo de beneficiamento acabam envolvendo outros componentes da família como forma de aumentar a produção, uma vez que, só recebem mediante o resultado de sua produção diária. Além da jornada de trabalho exaustiva exercida durante o dia, essas mulheres precisam realizar as tarefas domésticas em suas residências e cuidados com os filhos. Em algumas situações de necessidade de auxílio médico, foi relatado por algumas mulheres trabalhadoras da pesca, que ao se ausentarem da produção correm o risco de no dia seguinte não conseguirem pescado para beneficiar, como forma de punição por não ter exercido o trabalho no dia anterior. Outra questão seria em relação a falta de seguridade em caso de acidentes no processo laboral que impossibilite o retorno ao trabalho, essas profissionais não recebem nenhum auxílio de seu empregador e, caso não sejam documentadas não conseguem acessar o auxílio-doença por meio do INSS.

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

Desenvolver a pesquisa de campo é uma tarefa desafiante, pois é nesse momento que confrontamos as nossas subjetividades e as diferenças presentes nas relações que vão se desenvolvendo e se consolidando no nosso cotidiano. No decorrer desta pesquisa, não houve dificuldade na inserção em campo junto às mulheres que trabalham no beneficiamento de pescado na comunidade de Lagoa Feia. Cabe destacar, que essa facilidade em desenvolver a

pesquisa na comunidade se deu devido à atuação, de uma das autoras, como educadora socioambiental desde 2014, no PEA Pescarte – Projeto de Educação Ambiental que tem como objetivo principal o fortalecimento da organização comunitária por meio de projetos de geração de trabalho e renda, atuando com os sujeitos da ação educativa pescadores, pescadoras e seus familiares. Foi possível acompanhar todo o processo de beneficiamento do pescado realizado pelas mulheres pescadoras. Ao observar o campo da pesquisa, foi possível tecer algumas análises a respeito da falta de valorização e invisibilidade das mulheres enquanto pescadoras, uma vez que são vinculadas à realização do trabalho laboral na limpeza do pescado, não as qualificando como pescadoras e sim como colaboradoras da cadeia da pesca por se dar às voltas da casa e não no espaço marinho ou lagunar. A atividade produtiva feminina ocorre semanalmente, se traduzindo em renda monetária, porém o processo de exploração do trabalho contribui para reforçar a invisibilidade dessas mulheres, dificultando o surgimento de uma "consciência profissional", uma vez que mantem a individualização das trabalhadoras da pesca. Corroborando com a questão Maneschy (2000) ressalta que apesar de seus múltiplos trabalhos, não se configuram para elas como carreira profissional.

Outra questão identificada foi à falta de ergonomia no desenvolvimento do trabalho, passando muitas horas em pé, sem o uso de equipamentos de segurança e em ambientes insalubres. Por outro lado, vale entender como isso se desenvolve no cotidiano dessas trabalhadoras, especificamente das que moram na comunidade de Lagoa Feia, onde a fonte de renda é principalmente voltada para o beneficiamento do pescado. As pescadoras em suas residências passam horas executando o beneficiamento de diversos peixes, sendo eles: a tilápia, o bagre e a peroá. A quantidade de caixas deixadas em cada residência varia de acordo com a agilidade e necessidade de cada profissional.

Outra questão que chama a atenção é a forma de como as relações de trabalho são construídas com os donos de peixarias e frigoríficos. Vale ressaltar que cada caixa de pescado in-natura corresponde a 20k e ao final do processo precisa chegar à quantidade de quilos determinadas pelo empregador. Cada caixa já contendo o pescado beneficiado é paga pelo preço estipulado pelos donos dos estabelecimentos e não pelos que exerceram o trabalho, isto é, as profissionais da pesca não possuem autonomia para precificar sua mão de obra, ficando sujeitas aos preços ofertados pelos atravessadores. Nesse contexto, é importante destacar as pescadoras como parte ativa da cadeia produtiva da pesca, uma vez que estão inseridas no

processo de agregação de valor do pescado, porém ainda não são valorizadas pelas instâncias governamentais por não terem reconhecimento pelo que fazem pela comunidade e sociedade.

Outra questão, ainda, que merece destaque é falta de efetividade de políticas públicas voltadas para a saúde dessas mulheres, que relatam sérios problemas de saúde, devido ao movimento repetitivo, a manuseio das caixas pesadas e o contato com a umidade do pescado causando problemas ginecológicos, de coluna, de hérnia, pernas inchadas e doloridas, dores nas costas e articulações comprometidas.

Entende-se que tanto a cadeia produtiva da pesca é importante para a subsistência de várias famílias, quanto a vida das pescadoras deve ser valorizada nesse processo de relação profissional e preservação da identidade cultural. Vê-se, assim, a necessidade de aprofundar as pesquisas na jornada de trabalho das pescadoras para melhor intervir no processo de visibilidade de suas realidades cotidianas.

CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo consistiu em investigar e analisar o processo de desvalorização, invisibilidade e exploração do trabalho de mulheres pescadoras da comunidade de Lagoa Feia. As conversas informais, as observações diretas e a leitura dos materiais produzidos nas atividades do PEA Pescarte permitiram identificar o quão importante é a atuação das mulheres pescadoras no exercício do trabalho na cadeia da pesca artesanal e o quanto são desvalorizadas e exploradas pelos estabelecimentos que comercializam o pescado beneficiado por essas profissionais. Dessa forma, o papel das mulheres aqui evidenciado assume uma conotação de submissão às condições de trabalho oferecidas pelos donos de estabelecimentos de pescados, uma vez que, as submetem a condições precárias de trabalho e remuneração, consequentemente a falta de acesso à seguridade caso ocorra algum acidente na execução do trabalho e necessitem se ausentar. O papel social da mulher, historicamente, sempre foi inferior ao desempenhado pelo homem. As transformações e revoluções sociais influenciaram e mobilizaram mulheres a lutar contra todas as condições adversas as quais historicamente estiveram inseridas em destaque à cidadania.

A divisão social do trabalho sempre conferiu a mulher as piores remunerações acompanhadas de condições desiguais de trabalho em relação aos homens. A luta das mulheres e dos movimentos de caráter feministas têm por objetivo desmobilizar e desconstruir essa

lógica que se instalou sobre a sociedade através das teorias da sociedade patriarcal onde o homem detém os mecanismos de poder e controle.

O cenário atual reflete as lutas travadas e conquistas alcançadas pelas mulheres na sociedade ao passo que, essas conquistas trazem consigo marcas de avanços, retrocessos e divergências. Partindo das premissas, refletir sobre a mobilização das mulheres nos mais variados setores da sociedade possibilita vislumbrar a amplitude das conquistas.

As mulheres que atuam na atividade da pesca artesanal estão inseridas em um forte contexto de invisibilização haja vista que a atividade da pesca sempre foi um ambiente predominantemente masculino. Estudos e pesquisas têm denunciado as mais variadas situações dessas mulheres bem como, visibilizando a importância dos seus trabalhos para manutenção da pesca, dos aspectos sociais, culturais e econômicos. A partir da década de 90 o cenário nacional publicizou os espaços de debates da pesca aos quais as reflexões sobre a realidade da mulher que atua na atividade pesqueira ganharam seus primeiros contornos. Os frutos desses debates influenciaram na alteração da Legislação Pesqueira bem como outros avanços, porém os desafios não param ainda há um longo caminho a ser percorrido para que essas mulheres sejam de fato reconhecidas e possas usufruir dos seus legais constituídos.

Mediante todas essas dificuldades foi possível identificar a garra e a vontade de exercer a profissão, e é nesse cenário que as mulheres pescadoras alicerçam sua resistência contra a informalidade e invisibilidade. Se sentem importantes em poder contribuir com as despesas da casa e se percebem parte do processo sustentável da sua família. As políticas públicas, devem estar atentas as desigualdades globais de renda e riqueza com enfoque no gênero afim de aproveitar os fatores demográficos e oferecer condições oportunas para toda população. Por fim, a participação é o principal instrumento de mobilização dessas mulheres, uma vez que através da participação as mulheres se fortalecem e se organizam para lutar pelas diversas pautas do universo feminino em destaque condições de trabalho, saúde, educação, garantias ao exercício pleno da cidadania.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. Desafios da Equidade de Gênero no Século XXI. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, v.24, n.2, p.629-638, jun.2016. ISSN 1806-9584.

FADIGAS, Amanda Braga de M.; GARCIA, Loreley G. **O protagonismo das mulheres marisqueiras na criação da Reserva Extrativista Acaú-Goiana**. Universidade Federal da Paraíba

GOES, Lidiane de Oliveira; CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira. A mulher pescadora no cotidiano da pesca artesanal. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 778-796, dez. 2018.

HIRATA, Helena, e ZARIFIAN, Philippe. Trabalho (Conceito de) in: **Dicionário crítico do feminismo**\Helena Hirata... {et al.} (orgs.). São Paulo: Editora UNESP, 2009. pp.252-257.

KERGOAT, Daniele. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo in: **Dicionário crítico do feminismo**\Helena Hirata...{et al.} (orgs.). São Paulo: Editora UNESP, 2009. pp.67-77.

Legislação pesqueira. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. 71 p.

MANESCHY, Maria Cristina. Da Casa ao Mar: papéis das mulheres na construção da Pesca responsável. **Seminário Internacional sobre Pesca Responsável,** Beberibe-Ceará, 1997. in: Revista Proposta nº 84/85 – Março/Agosto de 2000.

MARTINS, Mary Lourdes Santana; ALVIM, Ronaldo Gomes. **Perspectivas do trabalho feminino na pesca artesanal: particularidades da comunidade Ilha do Beto**, Sergipe, Brasil. Universidade Federal de Sergipe, 2016.

TIMÓTEO, Geraldo Marcio. Trabalho e Pesca no Litoral Fluminense: **Reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte.** Agência Brasileira do ISBN, 2019

MANESCHY, M. C; SIQUEIRA, D. E ÁLVARES, M. L. Pescadoras: **subordinação de gênero e empoderamento Estudos Feministas**. Florianópolis, 20(3): 384, setembro-dezembro/2012 pp713-737.

MESQUITA, Paulo Sérgio Belchior, Mapeamento da Pesca Artesanal na Bacia de Campos – RJ: Confiabilidade da Pesquisa.In: TIMÓTEO, Geraldo. **Educação Ambiental com Participação Popular**: Avançando na Gestão Democrática do Ambiente. Campos dos Goytacazes, Fundenor, 2016, pp 207-222.

SOFFIATI, Aristides Arthur Netto. “A lagoa Feia do Itabapoana e seus Conflitos Sociais”.In. ACSERALD, Henri (org.). Conflito Social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro.Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectiva para um futuro. In: Hirata, Helena; Kergoat, Danièle; Lavinas, Lena (org.). Dicionário crítico do feminismo. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 384-388.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. **Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil**. Etnográfica, Lisboa, v. 3, n. 2, p. 377-399, nov. 1999.

LIMA, Josinete Pereira. **Pescadoras e donas-de-casa: a invisibilidade do trabalho das mulheres numa comunidade pesqueira - o caso da Baía do Sol. 2003**. 93 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) -Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

MARTINS, Luciana Mara Monti. **A mulher e a pesca artesanal**. In: Heinen, Jacqueline M.; Marques, Neli A. (org.). Saberes e práticas pesqueiras. Brasília: IBAMA, 2005. p. 83-96.

MANESCHY, Maria Cristina; Álvares, Lúcia Helena Rangel. **Mulheres e pesca: um estudo sobre as comunidades litorâneas do Norte e do Nordeste do Brasil.** In: Nascimento, Amaury S.; Costa, Raquel V. (org.). Pesca artesanal no Brasil. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010. p. 161-184.

VASCONCELLOS, M.; Montenegro, S. M.; Schiavetti, A. (2007). **A mulher pescadora e sua trajetória na pesca artesanal em Pernambuco**. Caderno CRH, 20(51), 225-236.

RAMALHO, M. M. (2006). **Cotas, gênero e pesca no Nordeste**. Tese (Doutorado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

WOORTMANN, E. F. (1992). **O espaço das mulheres na pesca artesanal**. In: Costa Lima, M. (Org.). A produção artesanal no Brasil. Brasília: CNPq, v. 2, p. 161-170.

MARTINS, L. M. M. (2013). **Mulher e pesca artesanal: a tessitura da invisibilidade social e do reconhecimento.** Cadernos de Gênero e Diversidade, 1(28), 101-117.

ALENCAR, M. N.; Silva, M. C. C.; Ramos, M. A. (2014). **Gênero e pesca: um estudo sobre a participação das mulheres na pesca artesanal de Camocim-CE**. Revista da FAE, 17(2), 31-40.

IBGE. Estimativas da população. São Francisco do Itabapoana. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-francisco-do-itabapoana/panorama. Acesso em: 07 out. 2022.

NASCIMENTO, L. C. M., & Pedro, J. A. (2018). **Sustentabilidade em comunidades pesqueiras: estudo de caso na Praia do Forte, Mata de São João, Bahia**. Revista Brasileira de Ecoturismo, 11(4), 631-648.